



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Poder Legislativo

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO
REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2023.**

Ao trigésimo dia do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e três, as quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário desta Casa a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, a Secretária Municipal de Controle Interno, o Subsecretário Municipal de Contabilidade, o Assessor Especial do Controle Interno e a Chefe da Contabilidade. O Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Ato Convocatório nº 007/2023. Com a palavra, a Secretária Municipal de Controle Interno informou que esta audiência é referente ao 1º quadrimestre de 2023 e o Subsecretário Municipal de Contabilidade fará a explanação do relatório resumido. Com a palavra, o Subsecretário Municipal de Contabilidade iniciou a explanação do relatório que tem como fundamento o artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com os dados da avaliação do cumprimento das metas fiscais e tem como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal-RGF. O relatório consiste nas avaliações das receitas, das despesas, resultado primário, resultado nominal e limite de gestão fiscal. No quadro de receitas, o total de receita prevista foi de R\$ 1.990.325.929,00, sendo a arrecadação de R\$ 681.687.178,60, contemplando um percentual de 34,25% da arrecadação em receita corrente. Nas receitas de capital, o total arrecadado foi de R\$ 45.573,70. O total geral de receita com previsão atualizada foi R\$2.035.959.175,00, sendo arrecadado R\$ 681.732.752,30, contemplando o percentual de 33,48% até o final do 1º quadrimestre de 2023. Nas receitas tributárias, as porcentagens da arrecadação dos impostos foram de IPTU 81,31%, IRRF 21,75%, ITBI 35,05%, ISS-QN 38,52%, sendo o total arrecadado R\$ 327.579.013,31. A previsão da Taxa pelo Exercício de Poder de Polícia foi de R\$ 16.285.690,00, sendo arrecadado R\$ 10.319.996,49. Já a previsão da Taxa pela Prestação de Serviços foi R\$ 52.928.107,00, sendo arrecadado R\$ 8.050.228,87. No comparativo das despesas fixadas e atualizadas, em despesas correntes o total geral previsto era de R\$ 2.003.863.076,40, sendo liquidado R\$ 640.798.475,60, contemplando o percentual de 31,98%. Destacando a categoria de despesas com pessoal e encargos, sendo a dotação atualizada de R\$ 987.457.524,80 e liquidada de R\$ 364.990.554,00, com percentual 36,96%. A previsão da arrecadação na categoria de juros e encargos da dívida foi de R\$ 4.978.000,00, sendo liquidada R\$ 1.488.239,10. Na categoria de despesas de capital, destaca-se o grupo de investimentos com previsão de execução de R\$ 334.797.370,10, com liquidação de R\$ 38.734.002,70. Já no grupo amortização da dívida a previsão foi de R\$ 122.310.760,00, sendo liquidado R\$ 47.358.173,80. A

previsão atualizada do total geral das despesas foi de R\$ 2.467.834.385,50, sendo executado R\$ 726.890.652,10. Na categoria de despesas por função, no grupo da saúde a previsão atualizada foi de R\$ 615.405.833,40, sendo executada R\$ 245.491.767,70, abrangendo 33,77%. Em educação a previsão foi de R\$ 505.494.810,30, sendo executado R\$ 146.351.618,80, abrangendo 20,13%. Em urbanismo foi previsto R\$ 353.491.039,90 e executado R\$ 53.505.370,50, abrangendo 7,36%. Na administração a previsão atualizada foi de R\$ 276.677.491,80, sendo liquidado R\$ 72.291.578,50, abrangendo 9,95%. Na previdência social a previsão foi de R\$ 231.277.650,00, com execução de R\$ 81.157.781,00, abrangendo 11,17%. O total geral de despesas por função previsto foi de R\$ 2.467.834.395,50, sendo liquidado até o momento R\$ 726.890.652,00. O Resultado Primário é representado pela somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas, sendo o total das receitas fiscais líquidas previstas foi de R\$ 1.952.591.308,00 e as realizadas até o 1º quadrimestre R\$ 596.163.155,20. O total das despesas fiscais líquidas previstas foi de R\$ 2.280.796.629,10 e, executadas até o 1º quadrimestre no valor de R\$ 583.577.808,60. Assim, o Resultado Primário até o período foi R\$ -37.483.560,60. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior, sendo a dívida fiscal líquida em 31/12/2022 R\$ -1.125.368.039,00 e, em 30/04/2023 no valor de R\$ -181.365.686,70, assim, o Resultado Nominal até o período foi R\$ -944.002.352,30. O limite de gestão fiscal é composto por receita corrente líquida, despesa com pessoal, despesas próprias com a saúde e despesas com manutenção do ensino. A Receita Corrente Líquida até o 1º Quadrimestre de 2023 foi de R\$ 2.254.092.210,90. O total da despesa com pessoal foi de R\$ 879.468.001,81 (39,02%), ressaltando que o limite legal é de 54%. A despesa com saúde até o 1º Quadrimestre de 2023 foi de R\$ 36.280.619,10 (12,40%), ressaltando que o limite constitucional é de 15%. O total da despesa com educação foi de R\$ 78.788.875,89 (26,93%), ressaltando que o limite constitucional é de 25%. A despesa com FUNDEB teve aplicação de 73,52%, sendo o limite constitucional de 70%. Em conclusão, ao final do 1º quadrimestre de 2023, ao analisarmos o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, verificamos que o município já investiu 26,93% da receita resultante de impostos (proveniente de transferências da União e Estado) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 12,40% em ações de saúde. O limite constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na Educação e 15% na Saúde. Os gastos com o FUNDEB na remuneração do magistério no Ensino Fundamental apresentado no 1º quadrimestre foram de 73,52% sobre as receitas do FUNDEB. O limite mínimo anual é de 70%. Por outro lado, a aplicação total das receitas do FUNDEB até o 1º Quadrimestre de 2023 foi de 82,34%. O mínimo exigido é de 90%, conforme determina o art. 25 da lei nº 14.113/2020. O total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite constitucional comparado a RCL ficou em 39,02%, abaixo do limite legal de 54% para o executivo municipal. Com a palavra, o vereador Romario Regis indagou quanto dos recursos da CEDAE o município já recebeu e o quanto já aplicou até o 1º Quadrimestre. O subsecretário informou que a receita da CEDAE não é tratada neste relatório e está detalhado no portal novos rumos e na transparência no site da Prefeitura. E nada mais havendo, o Presidente Vereador

Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública, sendo a ata lavrada e arquivada na Secretaria Geral da Mesa Diretora.

ALEXANDRE GOMES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

Poder Legislativo

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO
REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2023.**

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e três, as quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário desta Casa a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, a Secretária Municipal de Controle Interno, o Subsecretário Municipal de Contabilidade, o Assessor Especial e o Diretor Contabilidade. O Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Ato Convocatório nº 019/2023. Com a palavra, a Secretária Municipal de Controle Interno informou que a audiência é referente ao 2º quadrimestre de 2023, com fundamento o artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a palavra, o Subsecretário Municipal de Contabilidade iniciou a explanação do relatório que tem como fundamento os dados da avaliação do cumprimento das metas fiscais e tem como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal- RGF. O relatório consiste nas avaliações das receitas, das despesas, resultado primário, resultado nominal e limite de gestão fiscal. No quadro de receitas, o total geral da receita corrente prevista foi de R\$ 1.845.887.180,00, comparando com a arrecadação de R\$ 1.296.990.235,50, contemplando 70,26% de arrecadação. Na categoria receita de capital, o total previsto foi de R\$ 45.653.246,00, sendo arrecadado R\$ 4.715.573,70. O total geral da receita prevista foi de R\$ 2.036.001.375,00, sendo sua arrecadação de R\$ 1.397.042.802,60, contemplando um percentual de 68,62% até o final do 2º quadrimestre de 2023. Nas receitas tributárias as porcentagens da arrecadação dos impostos foram de IPTU 95,69%, IRRF 110,78%, ITBI 84,33%, ISS-QN 81,63%, sendo o total de impostos arrecadado de R\$ 264.521.042,96. A previsão da Taxa pelo Exercício de Poder de Polícia foi de R\$ 16.285.690,00, sendo arrecadado R\$ 16.472.580,57. Já a previsão da Taxa pela Prestação de Serviços foi R\$ 52.928.107,00, sendo arrecadado R\$ 30.015.225,16. Assim, o total geral das receitas tributárias prevista foi de R\$ 358.983.919,00, sendo arrecadada R\$ 311.008.848,69. No comparativo das despesas atualizadas e liquidadas, em despesas correntes o total geral previsto era de R\$ 2.349.659.165,50, sendo liquidada R\$ 1.501.566.791,90, contemplando o percentual de 63,91%. Destacando a categoria de despesas com pessoal e encargos, com dotação atualizada de R\$ 1.063.772.471,90 e liquidada de R\$ 787.585.138,40, com percentual 74,04%. A previsão da arrecadação na categoria de juros e encargos da dívida foi de R\$ 4.178.000,00, sendo liquidado R\$ 2.640.699,20. Na categoria de despesas de capital, o total geral previsto foi de R\$ 521.412.585,10, sendo liquidado R\$ 244.624.542,80. Destacando-se o grupo de investimentos com previsão atualizada de R\$ 391.281.210,60 e com liquidação de R\$ 130.330.368,70. Já no grupo

amortização da dívida a previsão foi de R\$ 130.130.274,50, sendo liquidado R\$ 114.294.174,10. A previsão atualizada do total geral das despesas foi de R\$ 2.877.923.939,60, sendo liquidada R\$ 1.746.191.334,70. Na categoria de despesas por função, no grupo da saúde a previsão atualizada foi de R\$ 819.585.901,10, sendo executada R\$ 574.612.560,00, abrangendo 32,91%. Em educação a previsão foi de R\$ 540.212.712,80, sendo executado R\$ 369.427.992,10, abrangendo 21,16%. Em urbanismo foi previsto R\$ 409.153.506,20 e executado R\$ 173.578.104,80, abrangendo 9,94%. Na administração a previsão atualizada foi de R\$ 316.838.109,50, e teve a execução de R\$ 162.252.644,20, abrangendo 9,29%. Na previdência social a previsão foi de R\$ 231.030.475,20, com execução de R\$ 176.027.493,60, abrangendo 10,08%. O total geral de despesas por função previsto foi de R\$ 2.877.922.838,70, sendo executado até o 2º quadrimestre R\$ 1.746.191.334,60. O Resultado Primário é representado pela somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas, sendo o total das receitas fiscais líquidas previstas foi de R\$ 1.808.167.559,00 e as realizadas até o final do 2º quadrimestre R\$ 1.205.204.642,00. O total das despesas fiscais líquidas previstas foi de R\$ 2.689.608.369,20 e foram pagas até agosto de 2023 o valor de R\$ 1.500.511.273,00. Assim, o Resultado Primário do período foi R\$ -450.281.470,00. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior, sendo a dívida fiscal líquida em 31/12/2022 R\$ -605.988.880,00 e, em 31/08/2023 R\$ -109.082.160,30, assim, o Resultado Nominal até o período foi R\$ -496.906.719,70. O limite de gestão fiscal é composto por receita corrente líquida, despesa de pessoal, despesas próprias com a saúde e despesas com manutenção do ensino. A receita corrente líquida até o 2º quadrimestre de 2023 foi de R\$ 1.929.130.547,30. O total da despesa com pessoal foi de R\$ 938.809.546,77 (48,66%), ressaltando que o limite legal é de 54%. A despesa com saúde até o 2º quadrimestre de 2023 foi de R\$ 93.093.463,00 (17,57%), ressaltando que o limite constitucional é de 15%. O total da despesa com educação foi de R\$ 185.169.204,04 (34,64%), ressaltando que o limite constitucional é de 25%. A despesa com FUNDEB teve aplicação de R\$ 163.695.886,70 (84,34%), sendo o limite constitucional de 70%. Em conclusão, ao final do 2º quadrimestre de 2023, ao analisarmos o Relatório resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, verificamos que o município investiu 36,64% da receita resultante de impostos (proveniente de transferências da União e Estado) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 17,57% em ações de saúde. O limite constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na Educação e 15% na Saúde. Os gastos com o FUNDEB na remuneração do magistério no Ensino Fundamental apresentado no 2º quadrimestre foram de 84,34% sobre as receitas do FUNDEB. O limite mínimo anual é de 70% (Art. 26 da Lei nº 14.113/2020). Por outro lado, a aplicação total das receitas do FUNDEB até o 2º quadrimestre de 2023 foi de 95,53%. O mínimo exigido é de 90%, conforme determina o art. 25 da Lei nº 14.113/2020. O total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite constitucional comparado a RCL ficou em 48,66%, abaixo do limite legal de 54% para o executivo municipal. E nada mais havendo, o Presidente Vereador Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública, sendo a ata lavrada e arquivada na Secretária Geral da Mesa Diretora.

ALEXANDRE GOMES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

.....



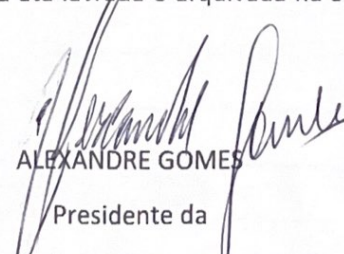
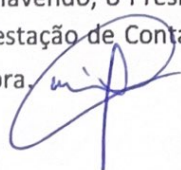
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Poder Legislativo

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO
REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2023.**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e quatro, as quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário desta Casa a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, a Secretária Municipal de Controle Interno, o Subsecretário Municipal de Contabilidade, o Diretor de Contabilidade, o Assessor Especial do Controle Interno e o vereador Romario Regis. O Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Ato Convocatório nº 002/2024. Com a palavra, a Secretaria Municipal de Controle Interno informou que a audiência é referente ao 3º quadrimestre de 2023 e o Subsecretário Municipal de Contabilidade fará a explanação do relatório. Com a palavra, o Subsecretário Municipal de Contabilidade iniciou a explanação do relatório com fundamento o artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, informando os dados da avaliação do cumprimento das metas fiscais, que tem como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal- RGF. O relatório consiste nas avaliações das receitas, das despesas, resultado primário, resultado nominal e limite de gestão fiscal. No quadro de receitas, o total da receita corrente prevista é de R\$ 1.845.887.180,00, sendo a arrecadação de R\$ 1.984.704.295,40, contemplando um percentual de 107,52% da arrecadação em receita corrente. Nas receitas de capital, o total arrecadado foi de R\$ 9.789.348,00. O total geral de receitas com previsão atualizada foi R\$ 2.036.001.375,00, sendo arrecadado R\$ 2.176.603.395,10, contemplando o percentual de 106,91 % até o final do 3º quadrimestre de 2023. Em receitas tributárias, as porcentagens da arrecadação dos impostos foram de 112,67% de IPTU, 203,99% de IRRF, 134,10% ITBI, 128,62% ISS-QN, sendo o total arrecadado R\$ 94.506.565,40. A previsão da taxa pelo exercício de poder de polícia foi de R\$ 17.886.459,00, sendo arrecadado R\$ 26.020.675,16. Já a previsão da taxa pela prestação de serviços foi R\$ 51.327.338,00, sendo arrecadado R\$ 68.485.890,24. No comparativo das despesas fixadas e atualizadas, em despesas correntes, o total geral previsto foi de R\$ 2.742.902.615,70, sendo liquidada R\$ 2.365.837.147,80, contemplando o percentual de 86,25%. Destacando a categoria de despesas com pessoal e encargos, sendo a dotação atualizada de R\$ 1.222.636.750,00 e liquidada de R\$ 1.191.024.700,70, com percentual 97,41%. A previsão na categoria de juros e encargos da dívida foi de R\$ 5.161.978,40, sendo liquidado R\$ 4.790.612,60, contemplando o percentual de 92,81%. As despesas de capital são compostas por investimentos, inversões financeiras, amortização/refinanciamento da dívida e reserva de contingência, resultando no total

geral das despesas previstas em R\$ 3.352.313.200,00, e liquidadas em R\$ 2.793.311.880,10. Nas despesas por função, abrangem saúde (34,07%), educação (20,06%), urbanismo (10,16%), administração (8,76%), previdência social (9,97%) e outros (16,98%), sendo a dotação atualizada do total por função de R\$ 3.352.333.639,00, com execução de R\$ 2.793.311.880,10. Acerca do Resultado Primário, este representa a somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas, sendo o total das receitas fiscais líquidas previstas R\$ 1.808.167.559,00 e as realizadas até o 3º quadrimestre R\$ 1.888.075.364,60. O total das despesas fiscais líquidas previstas foi de R\$ 3.116.674.545,60 e realizadas até o 3º quadrimestre R\$ 2.537.686.127,10. Assim, o Resultado Primário até o período foi R\$ -808.471.429,10. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior, sendo a dívida fiscal líquida em 31/12/2022 R\$ -605.988.880,00 e, em 31/12/2023 R\$ 245.485.785,50. Assim, o Resultado Nominal até o período foi R\$ -851.474.665,50. O limite de gestão fiscal compreende a receita corrente líquida, despesa de pessoal, despesas próprias com saúde e despesas com manutenção do ensino. A receita corrente líquida até o 3º quadrimestre de 2023 foi R\$ 1.923.600.746,60. Dentro da despesa com pessoal, o total gasto foi de R\$ 977.568.299,82 (51,28%), ressaltando que o limite legal é de 54%. A despesa com saúde até o 3º quadrimestre foi de R\$ 152.049.162,40 (19,68%), ressaltando que o limite constitucional é de 15%. A despesa com educação até o 3º quadrimestre foi de R\$ 240.338.764,74 (30,70%), ressaltando que o limite constitucional é de 25%. A Despesa com FUNDEB teve aplicação de 88,53%, sendo o limite constitucional de 70%. Concluímos que no final do 3º quadrimestre de 2023, ao analisarmos o relatório resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, verificamos que o município investiu 30,70% da receita resultante de impostos (compreendida a proveniente de transferências da União e Estados) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 19,68% em ações de saúde. O limite constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na educação e 15% na saúde. Os gastos com o FUNDEB na remuneração do magistério no Ensino Fundamental apresentado no 3º quadrimestre foram de 88,53% sobre as receitas do FUNDEB. O limite mínimo anual é de 70% (art. 26 da Lei nº 14.113/2020). O total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite constitucional comparado a RCL ficou em 51,28%, abaixo do limite legal de 54% para o executivo municipal. Com a palavra, vereador Romário Regis questionou que o município gastou quase o orçamento inteiro da cidade avaliando os resultados primário e nominal. E nada mais havendo, o Presidente Vereador Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública da Prestação de Contas, sendo a ata lavrada e arquivada na Secretária Geral da Mesa Diretora.



ALEXANDRE GOMES

Presidente da

Comissão de Finanças e Orçamento